



CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

CONTADOR

TIPO 2 – VERDE

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por cinquenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.

CARGO: CONTADOR**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA****Doenças psicossomáticas: entenda como emoções se manifestam no corpo**

Imagine que você acordou atrasado para uma reunião importantíssima. Levantou-se rápido, pulou o café da manhã e pagou caro em um carro de aplicativo porque não daria tempo de pegar o transporte público. Chegando na empresa, em cima da hora, descobre que a reunião foi remarcada para o dia seguinte. Frustrante, certo?

Enquanto você se sente irritado com a situação, seu corpo também reage: seus vasos sanguíneos contraem, a glicose no seu sangue aumenta, sua pele fica pálida, sua pressão arterial sobe e seu coração dispara. É a raiva correndo por todo o seu corpo.

Diante de ameaças reais, as reações psicossomáticas (termo que se refere a sintomas físicos causados ou agravados por fatores emocionais) são normais. O problema é quando acontecem de forma repetida ou prolongada, podendo desencadear condições crônicas. Mas por que o que se passa na nossa mente pode afetar o físico?

No livro “A linguagem do organismo”, a gastroenterologista Giulia Enders explica como o nosso corpo comunica tudo o que se passa nele. Segundo a ciência psicossomática, essas reações acontecem porque o estresse e a ansiedade, enquanto processos psicológicos, ativam o sistema nervoso central, que ativa o sistema nervoso autônomo. Este, por sua vez, regula funções viscerais como o coração, pulmões e o sistema digestivo.

Ao interpretar alguma situação, por exemplo, um prazo apertado, como uma situação de medo, seu organismo libera cortisol e adrenalina, que fazem com que as veias se estreitem, limitando o fluxo sanguíneo. É isso que faz você sentir que está com falta de ar, um aperto no peito, tremedeira e dor na barriga.

“Essa situação é interpretada como algo que está ameaçando o seu bem-estar, o que ativa o sistema nervoso central e, conseqüentemente, o autônomo”, explica o médico Avelino Luiz Rodrigues, professor do Instituto de Psicologia da USP (Universidade de São Paulo), especialista em psicossomática.

Segundo o médico, tensão emocional é sinônimo de tensão muscular. Esse tensionamento pode ocasionar dores e gerar a sensação de olho embaçado ou a pálpebra tremendo. Questões psicológicas também se conectam com reações do intestino, como uma dor de barriga, porque a ativação do sistema nervoso autônomo estimula a motilidade intestinal, complementa o médico.

No livro, Enders escreve que o estresse altera o comportamento do sistema imunológico, tornando as células de defesa mais intolerantes. Assim, micro-organismos que antes conviviam em paz no trato digestivo passam a ser atacados pelo sistema imune; em resposta, essas bactérias ativam seus mecanismos de defesa, o que gera inflamação e dor.

A psicóloga especialista em psicossomática Denise Ramos, professora da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), afirma que, em momentos de susto ou ameaças, é normal sentir o estresse agudo. “O problema é quando essa ativação não volta ao equilíbrio (homeostase) e se torna algo constante ou crônica.”

Ela diz que, quando o estresse agudo é repetitivo, ele também pode se tornar crônico, e a pessoa pode se sentir estressada apenas pela expectativa do que vai acontecer. Por exemplo, se você é repreendido de forma agressiva pelo seu chefe toda vez que entrega algum trabalho, há chances de você começar a experienciar o estresse antes mesmo de fazer a entrega.

Algumas pessoas tendem a não perceber que estão com ansiedade, aponta Rodrigues, mas que a expressam fundamentalmente através do corpo, como se ele descarregasse a tensão emocional que está acumulada. Com o tempo, se isso acontece de forma frequente, pode levar a algumas condições, como a síndrome do intestino irritável, afirma.

Outras doenças crônicas que podem estar associadas a reações emocionais são gastrite, hipertensão, úlceras, distúrbios do sono, cefaleias e enxaqueca, desencadear condições autoimunes e até mesmo ocasionar infarto e AVC (Acidente Vascular Cerebral).

Perceber se o que você está experienciando no momento é uma reação esperada a uma situação estressora ou se é uma condição crônica depende da frequência e também da intensidade da resposta do organismo, dizem os especialistas.

“Essas reações são normais se a pessoa está diante de algum perigo. Mas se está sentado no sofá e está se sentindo mal, sem perigo aparente, ou se esses sinais aparecem constantemente, é sinal de que isso deve ser cuidado”, afirma Ramos.

A psicóloga diz que, nesses casos, não basta tomar uma medicação para tentar remediar o sintoma físico, mas que é necessário cuidar, de preferência combinando tratamento médico e psicológico, dos fatores que desencadeiam esses sintomas.

Segundo Rodrigues, além do tratamento especializado, há algumas práticas de melhoria de qualidade de vida que podem ajudar. A atividade física, afirma, é considerada fundamental no combate ao estresse, assim como boa alimentação e tempo de repouso.

(Por: Giulia Peruzzo. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: maio de 2026.)

Questão 01

Considerando o trecho “[...] *a expressam fundamentalmente através do corpo, como se ele descarregasse a tensão emocional que está acumulada.*” (11^o§), assinale a alternativa em que a substituição dos termos em destaque mantém o sentido original e a adequação semântica ao contexto.

- A) principalmente; suprimisse
- B) essencialmente; eliminasse
- C) prioritariamente; dissipasse
- D) predominantemente; atenuasse

Questão 02

No texto, observa-se o emprego de palavras formadas por diferentes processos morfológicos. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir.

- I. Em “*bem-estar*” há composição por aglutinação, a partir da junção dos elementos “*bem*” e “*estar*”.
- II. O termo “*desencadear*” resulta de derivação prefixal, pelo acréscimo do prefixo “*des-*” ao verbo “*encadear*”.
- III. O vocábulo “*psicossomática*” constitui exemplo de composição erudita, formada por elementos de origem grega.
- IV. Na palavra “*irritável*” ocorre derivação sufixal, com acoplamento do sufixo “*-vel*” ao radical do verbo “*irritar*”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

Questão 03

Considere as seguintes propostas de reescrita de trechos do texto e assinale a alternativa em que a concordância verbal está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- A) Mais de uma doença crônica, como a gastrite e a hipertensão, podem estar associadas a quadros de tensão emocional prolongada.
- B) Deve-se aos fatores emocionais, conforme explica o especialista Avelino Rodrigues, as ocorrências de dores e a sensação de tremor nas pálpebras.
- C) Não basta, segundo a psicóloga Denise Ramos, o uso isolado de medicação para que se remedeiem os sintomas físicos de origem psicossomática.
- D) No trato digestivo, onde antes havia micro-organismos em paz, passam a haver ataques do sistema imune às células de defesa em resposta ao estresse.

Questão 04

Conforme a norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa em que a reescrita de trechos do texto mantém a correção gramatical e a regência verbal.

- A) O organismo reage a situações interpretadas como ameaçadoras, liberando substâncias que afetam o funcionamento do corpo.
- B) Situações que desencadeiam estresse e ansiedade diários acarretam em inflamações e dores recorrentes no trato digestivo.
- C) O texto afirma de que o sistema nervoso autônomo é responsável por regular funções viscerais como o coração e o sistema digestivo.
- D) O tratamento especializado e as práticas de melhoria de qualidade de vida objetivam ao combate do estresse e ao restabelecimento do equilíbrio.

Questão 05

Analise o seguinte período extraído do 3^o§ do texto: “*O problema é quando acontecem de forma repetida ou prolongada, podendo desencadear condições crônicas.*” A oração reduzida de gerúndio “*podendo desencadear condições crônicas*” apresenta, em relação à oração anterior, valor semântico de:

- A) Explicação, dado que justifica a razão de as reações acontecerem de forma prolongada.
- B) Concessão, uma vez que as condições crônicas surgem apesar da repetição dos sintomas.
- C) Finalidade, porque expressa o objetivo para o qual as reações repetidas acontecem no organismo.
- D) Consequência, pois indica o desdobramento ou efeito da persistência das reações psicossomáticas.

Questão 06

A finalidade comunicativa predominante do texto é:

- A) Defender a substituição de tratamentos médicos por práticas de controle emocional e atividade física.
- B) Demonstrar que a maior parte das patologias físicas tem origem em fatores emocionais e psicológicos.
- C) Explicar, com fundamentação científica, a relação entre estados emocionais e manifestações fisiológicas.
- D) Criticar a medicina tradicional por frequentemente ignorar fatores psicológicos no tratamento de doenças.

Questão 07

Considerando a organização macroestrutural do texto e os recursos discursivos empregados pela autora, o 1º§ exerce a função de:

- A) Narrar uma sucessão de eventos rotineiros com o objetivo de criticar a precarização do trabalho moderno e o impacto da tecnologia nas relações interpessoais.
- B) Apresentar um estudo de caso clínico real a respeito das patologias psicossomáticas, a fim de delimitar o campo de atuação da medicina e da psicologia citado no texto.
- C) Propor uma reflexão sobre as condições de mobilidade urbana e as exigências do ambiente corporativo, tomando-as como gatilho para o surgimento das doenças psicossomáticas.
- D) Utilizar um recurso de simulação hipotética para aproximar o leitor da temática, ilustrando de forma prática a conexão imediata entre o estado emocional e a resposta biológica.

Questão 08

Com base nas informações e relações estabelecidas no texto, é correto afirmar que as condições psicossomáticas se configuram como patológicas quando ocorre:

- A) A ativação do sistema nervoso autônomo em resposta a situações percebidas como ameaçadoras, com alterações fisiológicas típicas e retorno posterior ao equilíbrio do organismo.
- B) A persistência ou a repetição de respostas fisiológicas desencadeadas por fatores emocionais, acompanhada de dificuldade do organismo em restabelecer seu equilíbrio funcional.
- C) O aparecimento de manifestações físicas em indivíduos que não identificam seus estados emocionais, levando à expressão corporal de tensões psicológicas acumuladas ao longo do tempo.
- D) O quadro de alterações no funcionamento do sistema imunológico associadas ao estresse, produzindo inflamações e desconfortos físicos, independentemente de outros fatores envolvidos.

Questão 09

A partir das ideias desenvolvidas no 8º§, é possível compreender que a dor e a inflamação no trato digestivo, em contextos de estresse, decorrem de um processo em que:

- A) O organismo desenvolve resposta inflamatória ampliada, atingindo o trato digestivo como parte de um efeito sistêmico inespecífico do estresse.
- B) A resposta imunológica sofre alteração qualitativa, levando o organismo a reagir contra micro-organismos anteriormente tolerados no trato digestivo.
- C) O sistema imunológico apresenta redução funcional, permitindo que micro-organismos antes controlados passem a exercer ação patogênica no organismo.
- D) O sistema nervoso autônomo provoca alterações locais diretas, desencadeando inflamação intestinal, independentemente da atuação do sistema imunológico.

Questão 10

Com base no trecho do 9º§ – “O problema é quando essa ativação não volta ao equilíbrio (homeostase) e se torna algo constante ou crônica.” –, depreende-se que a cronicidade das doenças psicossomáticas está diretamente associada à:

- A) Tendência do organismo a reagir a estímulos antecipatórios como se fossem situações de ameaça, desencadeando respostas fisiológicas de estresse.
- B) Abordagem terapêutica centrada na atenuação dos sintomas físicos, sem atuação sobre os fatores emocionais que desencadeiam as respostas orgânicas.
- C) Manutenção de um estado de alerta fisiológico contínuo, mesmo na ausência de um agente estressor imediato, rompendo o ciclo natural de autorregulação.
- D) Persistência de alterações nas funções viscerais reguladas pelo sistema nervoso autônomo, mantendo respostas como o ritmo cardíaco e a pressão arterial.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questão 11**

Quatro servidores do CFBM – Alberto, Bruna, Carla e Daniel – possuem cargas horárias semanais distintas entre 20 horas, 24 horas, 30 horas e 36 horas. Sabe-se que:

- Alberto e Bruna não trabalham 30 horas por semana;
- Carla e Daniel não trabalham 20 horas por semana nem 36 horas por semana;
- Daniel não trabalha 24 horas por semana; e
- Alberto não trabalha 20 horas por semana.

Com base nessas informações, qual servidor trabalha 36 horas por semana?

- A) Alberto.
- B) Bruna.
- C) Carla.
- D) Daniel.

Questão 12

O setor de fiscalização do CFBM organizou, em um relatório, a origem geográfica de todas as denúncias julgadas nos últimos três anos, conforme a tabela a seguir:

Ano	Região Metropolitana	Interior do estado
2023	42	28
2024	56	40
2025	35	25

Escolhendo aleatoriamente um desses processos, verifica-se que ele é do ano de 2024. Nesse caso, qual é a probabilidade de o processo sorteado corresponder a uma denúncia oriunda do interior do estado?

- A) 4/9.
- B) 5/9.
- C) 5/12.
- D) 7/12.

Questão 13

Em uma unidade do CFBM trabalham 25 biomédicos. Desses, 16 possuem especialização em análises clínicas e 18 possuem mais de 8 anos de registro no Conselho. Pode-se concluir, necessariamente, que:

- A) Nenhum especialista em análises clínicas tem mais de 8 anos de registro.
- B) Todos os especialistas em análises clínicas têm mais de 8 anos de registro.
- C) No mínimo 9 especialistas em análises clínicas têm mais de 8 anos de registro.
- D) No máximo 9 especialistas em análises clínicas têm mais de 8 anos de registro.

Questão 14

No almoxarifado do CFBM, há dois armários com pastas de processos de fiscalização. Em cada pasta todos os processos pertencem a uma de duas categorias: parecer favorável ou parecer desfavorável. No primeiro armário há 240 pastas. A razão entre o número de pastas com parecer favorável e o número de pastas com parecer desfavorável é $3/5$. No segundo armário essa razão é $5/7$, e o total de pastas nesse armário é 144. Com base nessas informações, qual é a diferença entre o número de pastas com parecer favorável no primeiro armário e no segundo armário, nessa ordem?

- A) 18.
- B) 30.
- C) 42.
- D) 54.

Questão 15

No setor de protocolo do CFBM, há 6 biomédicos aguardando para cadastrar os documentos para renovação de registro profissional. Sabe-se que a biomédica Letícia deve ser atendida exatamente duas posições depois de Patrícia, ou seja, há exatamente uma pessoa entre elas. Conforme essa restrição, de quantas maneiras distintas as 6 pessoas podem ser ordenadas na fila de atendimento?

- A) 48.
- B) 96.
- C) 144.
- D) 192.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO CORRELATA**Questão 16**

O acesso à informação orienta a atuação da Administração Pública, que deve observar o princípio da publicidade. Nesse contexto, a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei Federal nº 12.527/2011 – disciplina os procedimentos de classificação de informações, os prazos de restrição de acesso e as hipóteses de sigilo, estabelecendo regras quanto à competência e à formalização das decisões administrativas. Com base na legislação em tela, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão, observados os critérios legais. A referida decisão permanecerá submetida ao mesmo grau de sigilo atribuído à informação classificada.
- B) As informações que puderem colocar em risco a segurança do presidente e do vice-presidente da República, bem como de seus respectivos cônjuges e filhos, serão classificadas como secretas, permanecendo sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- C) No grau de informação secreta, a competência de classificação poderá ser exercida pelos titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Tal competência pode ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, sendo vedada a subdelegação.
- D) Alternativamente aos prazos legais de classificação, poderá ser fixado como termo final da restrição de acesso à informação a ocorrência de determinado evento, desde que esse ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação. Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina seu termo final, a informação se torna, automaticamente, de acesso público.

Questão 17

A atuação da Administração Pública submete-se a um conjunto de princípios que orientam a conduta dos agentes públicos, dentre os quais se destaca o dever de probidade. Nesse contexto, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA) – Lei Federal nº 8.429/1992 – estabelece o regime jurídico aplicável à responsabilização por condutas que afrontem tais diretrizes, disciplinando as hipóteses legais pertinentes. A partir dessas disposições, analise os casos hipotéticos a seguir.

- **Caso 1:** O agente público J., durante o exercício de suas funções, passou a prestar consultoria remunerada a empresa privada cujos interesses poderiam ser diretamente afetados por ações decorrentes de suas atribuições institucionais.
- **Caso 2:** L., gestor público, celebrou contrato de rateio no âmbito de consórcio público sem prévia dotação orçamentária suficiente, não havendo comprovação de perda patrimonial efetiva.
- **Caso 3:** M., agente público, revelou, antes da divulgação oficial, informação sobre medida econômica capaz de afetar o preço de serviço.
- **Caso 4:** N., agente público, praticou conduta considerada de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela legislação.

À luz das previsões da Lei Federal nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, a conduta constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, por violação ao dever da imparcialidade.
- B) No caso 2, a atuação do gestor constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, de modo que a inobservância de formalidades legais, ainda que não tenha implicado em perda patrimonial efetiva, enseja a imposição de ressarcimento.
- C) No caso 3, a configuração do ato de improbidade administrativa exige lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para ser passível de sancionamento e depende do reconhecimento da produção de danos ao erário.
- D) No caso 4, tratando-se de ato de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados, a sanção deve se limitar à aplicação de multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso.

Questão 18

A Constituição Federal de 1988, ao disciplinar a Administração Pública, institui princípios estruturantes e regras específicas que conformam a atuação estatal, abrangendo a organização administrativa, o regime dos agentes públicos e os mecanismos de responsabilização. À luz dessas disposições, analise os casos hipotéticos a seguir.

- **Caso 1:** P. ocupa um cargo público de professor e outro cargo administrativo em autarquia, com compatibilidade de horários, sustentando a licitude da acumulação por se tratar de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- **Caso 2:** O Estado Z editou lei ordinária autorizando a instituição de uma fundação pública e, no mesmo diploma, definiu as áreas de atuação da entidade.
- **Caso 3:** G., na qualidade de agente de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, no exercício de suas atribuições, ocasionou dano a terceiro.
- **Caso 4:** S., servidor público titular de cargo efetivo, em razão de limitação física, foi readaptado para cargo com atribuições compatíveis, possuindo a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino.

A partir das disposições constitucionais acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, não é admitida a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, sendo possível apenas a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico, quando houver compatibilidade de horários.
- B) No caso 2, a definição das áreas de atuação da fundação poderá ser promovida por meio de lei ordinária, desde que editada de forma específica para essa finalidade.
- C) No caso 3, a pessoa jurídica de direito privado responderá pelo dano que seu agente, nessa qualidade, causou a terceiro, assegurado o direito de regresso contra o responsável caso verifique dolo ou culpa.
- D) No caso 4, o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação sofrida, sendo devida a remuneração do cargo de destino.

Questão 19

Os dispositivos da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011 – regulam o procedimento de obtenção de informações junto à Administração Pública, estabelecendo prazos, formas de resposta e regras recursais, de modo a assegurar transparência, eficiência e controle administrativo. A partir desse contexto, analise as situações hipotéticas a seguir.

- **Caso 1:** M. protocolou pedido de acesso à informação junto a órgão público, o qual informou que não seria possível conceder o acesso imediato, comprometendo-se a, em até vinte dias, comunicar a data, o local e o modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.
- **Caso 2:** N. teve seu pedido de acesso à informação negado sob a justificativa de sigilo total do conteúdo solicitado. Na resposta, a Administração informou a possibilidade de recurso e o respectivo prazo, deixando de indicar a autoridade competente para sua apreciação.
- **Caso 3:** O. solicitou cópia de documentos públicos arquivados em órgão estadual. O serviço de busca foi realizado, sendo exigido do requerente apenas o ressarcimento dos custos de reprodução das cópias fornecidas.
- **Caso 4:** P. teve seu pedido de acesso à informação indeferido. Inconformado, interpôs recurso no prazo de dez dias, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que proferiu a decisão impugnada.

À luz das previsões normativas da legislação supracitada, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso 1, o prazo de resposta fixado em vinte dias encontra-se corretamente observado, sendo de natureza improrrogável.
- B) No caso 2, a Administração agiu corretamente ao informar apenas a possibilidade de recurso e o prazo correspondente, sendo facultada a indicação da autoridade competente para sua apreciação em hipótese de sigilo total.
- C) No caso 3, é legítima a cobrança de valores pela busca e fornecimento da informação, ainda que a cobrança não se limite ao ressarcimento dos custos efetivamente despendidos com reprodução de documentos.
- D) No caso 4, o recurso foi interposto dentro do prazo legal e corretamente endereçado à autoridade hierarquicamente superior, a qual deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias.

Questão 20

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei Federal nº 13.709/2018 – estabelece diretrizes para o tratamento de dados no âmbito público e privado, reforçando os princípios da finalidade, adequação e segurança. No contexto da Administração Pública, a disciplina normativa busca conciliar a eficiência administrativa com a proteção dos direitos fundamentais do titular dos dados. À luz das disposições da legislação supracitada, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular, em formato simplificado, no prazo de até cinco dias úteis, ou em formato completo, no prazo de até dez dias úteis.
- B) Os vazamentos individuais ou os acessos não autorizados poderão ser objeto de conciliação direta entre controlador e titular e, caso não haja acordo, o controlador estará sujeito à aplicação das penalidades previstas na legislação.
- C) Os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento obrigam-se a garantir a segurança da informação prevista na legislação em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.
- D) É vedado ao poder público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso. Admite-se, contudo, a transferência quando estiver respaldada em contratos ou convênios, os quais deverão ser comunicados à autoridade nacional.

Questão 21

Considere, hipoteticamente, que, na Universidade Federal Alfa, determinado grupo de estudantes tenha acesso antecipado ao conteúdo de uma prova por meio de um colega que trabalha como estagiário no setor administrativo da instituição. Sabendo disso, alguns alunos utilizam essas informações para obter vantagem indevida na avaliação. Após a aplicação da prova, surgem indícios de irregularidade, pois vários estudantes apresentaram desempenho atípico e respostas idênticas em questões discursivas. A coordenação do curso recebe uma denúncia anônima e inicia um procedimento interno para apurar os fatos. Durante a apuração, os estudantes envolvidos são formalmente notificados e têm a oportunidade de apresentar defesa e explicar suas condutas. Ao final, ficou comprovado que houve uso indevido de informação sigilosa. Considerando a gravidade da conduta, o impacto na isonomia entre os alunos e o regulamento interno da universidade, a instituição decide aplicar sanções como anulação da prova e reprovação na disciplina. Com base nos poderes administrativos é correto afirmar que:

- A) A criação de regras internas para evitar novos vazamentos configura exercício do poder hierárquico, pois estabelece ordens gerais no âmbito da Administração.
- B) A anulação da prova aplicada caracteriza exercício do poder regulamentar, pois visa sancionar condutas irregulares praticadas no âmbito interno da instituição.
- C) A punição dos estudantes envolvidos no vazamento decorre do poder de polícia, pois a Administração está restringindo direitos individuais em benefício do interesse público.
- D) A apuração da conduta dos estudantes e a aplicação de sanções com base no regulamento interno decorrem do poder disciplinar, em razão do vínculo jurídico existente com a universidade.

Questão 22

Considere os casos hipotéticos a seguir.

- Caso 1: Uma empresa deseja instalar uma indústria química em área próxima a um rio que abastece a cidade. Para isso, precisa de licenciamento ambiental concedido pelo órgão ambiental competente. Com base no poder administrativo, o Estado exige Estudos de Impacto Ambiental (EIA); impõe condições para funcionamento (filtros, controle de resíduos, limites de emissão); e pode conceder ou negar a licença.
- Caso 2: Uma lei federal estabelece regras gerais para o funcionamento de estabelecimentos que lidam com alimentos, determinando apenas que devem ser observadas condições adequadas de higiene e conservação, sem detalhar tecnicamente como isso deve ser feito. Diante disso, o órgão responsável pela vigilância do setor publica um ato interno com alcance geral, designando que estabelecimentos devem manter alimentos perecíveis em determinada faixa de temperatura; seguir um conjunto padronizado de procedimentos de limpeza de utensílios e superfícies; e, ainda, passam a ser exigidos registros diários de controle de armazenamento.

Os casos apresentados exemplificam situações em que o Estado utiliza, respectivamente, quais poderes administrativos?

- A) Poder de polícia e normativo.
- B) Poder hierárquico e disciplinar.
- C) Poder disciplinar e regulamentar.
- D) Poder regulamentar e discricionário.

Questão 23

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta corretamente um exemplo de caso de dispensa de licitação.

- A) Contratação de outros serviços que envolva valores menores que R\$ 100.000,00.
- B) Contratação que tenha por objeto produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a obras e serviços de engenharia e ao valor de R\$ 300.000,00.
- C) Contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação, realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação surgiram licitantes interessados.
- D) Contratação que tenha por objeto peças, de origem nacional ou estrangeira, necessárias à manutenção de equipamentos a serem adquiridos do fornecedor original fora do período de garantia técnica.

Questão 24

Em relação às regras deontológicas previstas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal – Decreto nº 1.171/1994, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta.
- B) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente.
- C) A função pública deve ser compreendida como uma atividade restrita ao ambiente de trabalho, mantendo-se separada da vida privada do servidor, de modo que sua conduta pessoal permanece independente de sua avaliação funcional.
- D) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, caracteriza grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

Questão 25

Em determinada autarquia federal responsável pela regulação de contratos públicos, um servidor da área técnica obteve acesso antecipado a informações sobre uma futura licitação de grande porte. Antes da divulgação oficial do edital, ele comenta o conteúdo com um amigo que trabalha em uma empresa do setor. Com base nessas informações, a empresa ajusta sua proposta e se prepara com vantagem em relação às demais concorrentes. Posteriormente, o servidor também utiliza esse conhecimento para orientar um parente que pretende participar de outro processo semelhante. De acordo com as vedações ao servidor público, previstas no Decreto nº 1.171/1994, a situação hipotética apresentada, majoritariamente um caso de:

- A) Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- B) Fazer o uso do cargo ou da função, bem como de facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- C) Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.
- D) Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim.

LEGISLAÇÃO DO CFBM**Questão 26**

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biomedicina (CFBM e CRBM) arrecadam e gerenciam recursos de natureza parafiscal, submetendo-se aos princípios norteadores da Administração Pública. No tocante aos procedimentos contábeis, orçamentários e à prestação de contas dos Conselhos, assinale a afirmativa correta.

- A) O exercício financeiro dos Conselhos Regionais e do CFBM não coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de março de cada ano; período legalmente dedicado às reformulações orçamentárias.
- B) Em especial, as propostas orçamentárias dos Conselhos Regionais dispensam parecer do seu Conselho Fiscal, as quais serão diretamente encaminhadas ao Ministério Público Federal para aprovação.
- C) A contabilidade dos Conselhos é pautada nos princípios e nas regras da contabilidade privada, pois a premissa é maximizar recursos para as autarquias, especialmente, em favor dos profissionais contribuintes.
- D) Os procedimentos contábeis acompanharão os moldes da contabilidade pública, cujos documentos contábeis restarão arquivados por, no mínimo, cinco anos; providência a ser tomada a partir da data da aprovação das contas.

Questão 27

Os processos que tramitam no âmbito do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Biomedicina (CFBM e CRBM) possuem natureza administrativa e devem seguir rigoroso trâmite para resguardar a legalidade, a ampla defesa e a segurança jurídica. Sobre as regras do Regimento Interno do CFBM referentes à tramitação, à elaboração de relatórios, aos prazos e ao arquivamento, assinale a afirmativa correta.

- A) Os autos decididos definitivamente devem ser destruídos tão logo ocorra o trânsito em julgado administrativo, não havendo previsão legal para sua guarda ou tombamento no âmbito do CFBM.
- B) O conselheiro designado para atuar como relator de um processo terá o dever de emitir relatório no prazo de sessenta dias, sendo-lhe expressamente vedado declarar-se suspeito ou impedido para o desempenho dessa função.
- C) Todo conselheiro pode pedir vista de um processo no momento do julgamento, que beneficiará coletivamente aos conselheiros inscritos para o ato, por tempo não determinado, mas até no máximo a próxima reunião plenária.
- D) Os processos decididos definitivamente e considerados relevantes serão arquivados após tombamento ou destruídos após cinco anos. O relator terá prazo de trinta dias desde a sua designação para apresentar o relatório, prorrogável por igual período, a critério do presidente.

Questão 28

A fiscalização contábil, financeira e administrativa dos Conselhos de classe profissional é pilar fundamental para garantir a probidade e a correta aplicação dos recursos arrecadados por meio das anuidades, as quais possuem natureza de tributo. Com amparo no Regimento Interno do CFBM e, ainda, considerando a atuação e as competências do Conselho Fiscal do CFBM (e demais órgãos), assinale a afirmativa correta.

- A) A auditoria realizada pelo Conselho Fiscal possui caráter estritamente público durante a sua execução, sendo permitida livre participação de qualquer membro da diretoria executiva dos Conselhos Regionais.
- B) As contas dos Conselhos Regionais de Biomedicina (CRBM) são julgadas em caráter definitivo e irrecurável pelo próprio presidente do CRBM, desde que auxiliado pelo relatório conclusivo do Conselho Fiscal do CFBM.
- C) O Conselho Fiscal emite parecer técnico conclusivo sobre as prestações de contas, que é encaminhado aos Conselhos Regionais para apresentação de justificativa e correção de eventuais falhas encontradas, no prazo de quinze dias.
- D) É facultado ao presidente do CFBM contratar auditoria independente para apreciar as contas do Conselho Federal e também dos Conselhos Regionais; e o relatório dessa auditoria deverá ser encaminhado à apreciação do Plenário do CFBM.

Questão 29

Carlos, biomédico há três anos, com inscrição definitiva ininterrupta em Conselho Regional de Biomedicina (CRBM), exerce, atualmente, o cargo de fiscal no referido Conselho Regional. Desejando ingressar na política de classe, Carlos decide se candidatar à vaga de conselheiro efetivo do CFBM nas eleições iminentes. Considerando os requisitos do Regimento Interno do CFBM, sobre a pretensão de Carlos, assinale a afirmativa correta.

- A) O impedimento definitivo de Carlos se dá por sua atuação como fiscal no CRBM, vez que atende ao requisito de tempo mínimo de inscrição no Conselho Regional para concorrer ao Conselho Federal.
- B) Carlos atende a todos os requisitos normativos para se candidatar. Haveria impedimento expresso para atuar como conselheiro efetivo do CFBM, caso Carlos fosse fiscal em Conselho de fiscalização de outra profissão.
- C) Independentemente do tempo de carência de inscrição definitiva prevista pelo Regimento Interno, Carlos poderá concorrer ao cargo de conselheiro federal desde que a chapa o indique como fiscal biomédico no processo de votação.
- D) Carlos está impedido de se candidatar por não possuir o mínimo de cinco anos de inscrição definitiva ininterrupta no CRBM, e também por expressa vedação de participação de fiscal biomédico de CRBM como conselheiro do respectivo Conselho Federal.

Questão 30

Determinado CRBM instaurou regular processo ético-disciplinar em face do biomédico Pedro, apurando infração grave ao Código de Ética Profissional. Ao final do trâmite que garantiu contraditório e ampla defesa, o CRBM impôs a Pedro a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de dois anos. Inconformado, Pedro procura orientação jurídica sobre os mecanismos recursais disponíveis. Com fulcro no Decreto Federal nº 88.439/1983, assinale a afirmativa correta.

- A) Pedro possui o prazo de quinze dias para interpor recurso voluntário, que será recebido no efeito devolutivo.
- B) Pedro não poderá recorrer da decisão proferida pelo Conselho Regional, visto que penas de suspensão operam efeito imediato e possuem caráter de decisão única, restando-lhe a alternativa do Poder Judiciário.
- C) Para casos de natureza disciplinar, o Decreto de vigência não contempla a figura do recurso *ex-officio* (de ofício), através do qual a própria autoridade julgadora originária providencia o reexame da matéria na instância superior.
- D) Da imposição da pena caberá recurso voluntário por Pedro, no prazo de trinta dias contados da ciência da decisão. E por se tratar de pena de suspensão, o Decreto Federal prevê recurso *ex-officio* ao Conselho Federal de Biomedicina.

Questão 31

O Decreto Federal nº 88.439/1983 regulamentou dispositivos essenciais para a composição, o pleito eleitoral e a manutenção dos mandatos nos Conselhos de Biomedicina. A respeito das normas atinentes às eleições e à extinção de mandatos, assinale a afirmativa correta.

- A) O exercício do voto para os membros dos Conselhos Regionais é facultativo, logo, não havendo a hipótese de penalidade para o biomédico que decidir não participar do pleito enquanto votante.
- B) A condenação judicial, de qualquer natureza ou pena, é causa imediata para a perda do mandato de conselheiro, dispensável o trânsito em julgado; na forma do Decreto Federal e em prestígio ao princípio da moralidade administrativa.
- C) A eleição dos membros dos Conselhos Regionais de Biomedicina se dá por meio de um Colégio Eleitoral, composto por membros do sindicato de classe, e por fiscais biomédicos e servidores da Diretoria Executiva; nos termos e forma do Decreto Federal nº 88.439/1983.
- D) Os membros do Conselho Federal são eleitos por um Colégio Eleitoral, enquanto os membros dos Conselhos Regionais são eleitos por voto direto, secreto e obrigatório dos profissionais inscritos. Em ambos os casos, a ausência injustificada a três sessões consecutivas em cada ano resulta na perda do mandato de conselheiro.

Questão 32

Considere, hipoteticamente, que o Conselho Regional de Biomedicina do Distrito Federal (CRBM/DF) editou resoluções próprias contrariando alguns atos normativos do CFBM. O CRBM/DF alegou autonomia administrativa para normatizar sobre alguns temas que considera de importância estritamente regional. Em paralelo, aludido Conselho Regional deixou de prestar contas, estando em sério colapso financeiro. Diante do cenário, o CFBM entendeu indispensável à normalidade administrativa exercer intervenção no Conselho Regional. Sobre a relação jurídica entre o CFBM e os Conselhos Regionais de Biomedicina, assinale a afirmativa correta.

- A) A intervenção é inconstitucional, pois os Conselhos Regionais possuem natureza jurídica de direito privado e plena autonomia administrativa, não possuindo relação hierárquica normativa com o Conselho Federal.
- B) A intervenção do CFBM no CRBM/DF é permitida para o restabelecimento da normalidade financeira, sendo vedada a intervenção por descumprimento de atos normativos ou quebra de eventual relação de hierarquia.
- C) O CFBM é o órgão central ao qual os Conselhos Regionais estão subordinados. Entre outras atribuições, compete ao CFBM examinar as prestações de contas das autarquias regionais de classe, podendo intervir para a garantia da normalidade financeira.
- D) O CFBM atua como órgão coordenador do sistema de fiscalização autárquica, havendo necessária vinculação normativa com as Regionais, mas não a denominada relação de subordinação. A intervenção no CRBM/DF seria possível mediante prévia e imperativa autorização e acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Questão 33

Durante o mês de fechamento financeiro do CFBM, o tesoureiro necessitou se licenciar do cargo durante sessenta dias, por impedimentos de saúde. O presidente do CFBM precisa urgentemente movimentar contas bancárias, assinar cheques para o pagamento de fornecedores e assinar os atos oficiais resultantes da última Reunião Plenária. Com base nas regras de substituição e competência da Diretoria Executiva estabelecidas no Regimento Interno do CFBM, assinale a afirmativa correta.

- A) O vice-presidente assume automaticamente as funções do tesoureiro licenciado, com a atribuição de movimentar as contas bancárias no exercício individual do cargo; enquanto ao presidente incumbirá a competência pelos atos oficiais do Plenário.
- B) Na diretoria executiva, sob o amparo dos princípios da eficiência e da celeridade, o presidente possui poderes monocráticos para, na ausência do tesoureiro, movimentar as contas bancárias e aprovar as prestações de contas anuais *ad referendum* do Plenário.
- C) Na vacância temporária do tesoureiro, o presidente do CFBM deverá assinar os cheques e movimentar as contas bancárias juntamente com o secretário-geral. Os atos oficiais decorrentes do Plenário também deverão ser assinados pelo presidente e pelo secretário-geral, em conjunto.
- D) Ocorrendo a licença do tesoureiro, o Plenário deverá ser extraordinariamente convocado em vinte e quatro horas para eleger novo membro titular para o encargo, sendo vedado a membro da diretoria acumular sua competência normativa com atribuições de ordem econômico-financeira.

Questão 34

Júlio, portador de diploma de bacharel em Biomedicina, emitido por universidade estrangeira, mudou-se para o Brasil e imediatamente assinou contrato com um laboratório privado para atuar, sem supervisão, em um programa acadêmico-científico que abrange a interpretação profissional de serviços de radiografia e o desenvolvimento de pesquisas e artigos científicos. Júlio argumenta que, por atuar na iniciativa privada nessas áreas, não necessita de registro no CFBM nem da revalidação do diploma, bastando contrato civil formal. Considerando o regime jurídico da profissão de Biomédico e a atuação legal do CFBM, assinale a afirmativa correta.

- A) Júlio poderá interpretar laudos de radiografia livremente, desde que atue em equipes de saúde a nível tecnológico e esteja formalmente registrado no respectivo conselho de classe.
- B) Júlio está dispensado da revalidação do diploma por atuar exclusivamente no planejamento de pesquisas científicas, atividade que não exige registro no respectivo Conselho Regional de Biomedicina.
- C) A atuação de Júlio é legal, pois o Conselho Regional de Biomedicina possui jurisdição sobre profissionais que atuam em instituições públicas, isentando-os da iniciativa privada de carteira profissional.
- D) O exercício profissional de Júlio é irregular, pois é obrigatória a revalidação e o registro do diploma estrangeiro, bem como ser portador da carteira profissional expedida pelo órgão competente; ademais, sendo-lhe vedada a interpretação de radiografias.

Questão 35

Marta é biomédica regularmente inscrita e atua simultaneamente como conselheira efetiva no CFBM. Durante o exercício de sua profissão em um hospital federal, Marta violou o sigilo profissional referente a um paciente notório, vazando informações sobre exames para a imprensa após um desentendimento. Em decorrência desse ato, e após Marta fazer jus à revisão do processo ético-profissional que tramitou em seu desfavor, ela sofreu condenação administrativa de suspensão do exercício profissional, com trânsito em julgado. O CFBM também comunicou os fatos à autoridade policial competente, para análise e pretensa instauração de inquérito policial. Diante da situação hipotética e, ainda, da legislação de regência, assinale a afirmativa correta.

- A) Marta não poderá continuar a exercer o mandato de conselheira no CFBM durante o tempo da penalidade sofrida.
- B) Eventual condenação criminal na Justiça Comum afasta a competência disciplinar do Conselho Federal de Biomedicina; cabendo ao juiz penal, no caso, determinar o cancelamento do registro profissional de Marta.
- C) Apesar da condenação de Marta pela conduta ético-profissional, é ilegal a aplicação de pena acessória de cassação do mandato de conselheira, pois viola o princípio *non bis in idem* (não punição dupla pelo mesmo fato).
- D) Como conselheira do CFBM, Marta goza de foro privilegiado administrativo, sendo vedada a aplicação da pena de cancelamento do registro profissional, e estando correta a aplicação da suspensão do exercício profissional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 36

Durante auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em um Conselho de fiscalização profissional, verificou-se que despesas de passagens e diárias de conselheiros estavam sendo registradas como “investimentos”. À luz das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (NBC TG), da jurisprudência do TCU e da Lei nº 4.320/1964, assinale a afirmativa correta.

- A) O registro deveria ser realizado como ativo intangível.
- B) Trata-se de erro de classificação contábil, pois tais gastos são despesas correntes.
- C) Não há problema, pois despesas de conselheiros são tratadas como investimento.
- D) A classificação depende de deliberação discricionária do Plenário do Conselho, considerando a autonomia do Conselho Profissional.

Questão 37

Determinado órgão público federal identificou que diversos computadores adquiridos há cinco anos continuam registrados pelo valor de aquisição, sem qualquer ajuste de depreciação. Durante auditoria interna, verificou-se que o setor contábil nunca implementou o procedimento de reconhecimento sistemático da perda de valor desses bens. De acordo com a contabilidade aplicada ao setor público, deve-se:

- A) Transferir o valor dos bens para contas de controle, sem alterar o ativo permanente.
- B) Registrar a depreciação acumulada dos bens, reconhecendo variação patrimonial diminutiva.
- C) Manter os valores originais, pois bens móveis sofrem depreciação apenas quando são alienados.
- D) Ajustar o valor dos bens no momento que houver reavaliação formal determinada pelo gestor máximo.

Questão 38

Durante o fechamento do exercício, uma autarquia federal percebeu que, apesar de ter apurado resultado patrimonial deficitário, apresentou superávit financeiro no balanço financeiro. O gestor solicitou explicações à contabilidade. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e, ainda, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que:

- A) O resultado financeiro sempre deve ser igual ao patrimonial ao final do exercício.
- B) O déficit patrimonial indica falha na execução financeira, devendo ser revista a execução orçamentária.
- C) O superávit financeiro demonstra que houve economia de recursos e, por isso, o resultado patrimonial deveria, obrigatoriamente, ser superavitário.
- D) O resultado patrimonial e o resultado financeiro são independentes: o primeiro se baseia no regime de competência; o segundo no regime de caixa.

Questão 39

Um auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou que certo órgão federal inscreveu como restos a pagar não processados despesas cuja liquidação já havia ocorrido antes do fim do exercício. Além disso, constatou que determinadas receitas já ingressadas nos cofres públicos estavam classificadas como apenas “previstas”. Diante dessa situação hipotética, assinale, a seguir, a alternativa que descreve o principal erro identificado pelo auditor.

- A) Os restos a pagar não se aplicam à Administração direta.
- B) A classificação da receita como prevista sempre prevalece até o encerramento anual.
- C) A liquidação deve ocorrer somente após o pagamento; portanto, a inscrição está correta.
- D) A liquidação caracteriza obrigação exigível, devendo ser inscrita como restos a pagar processados; a receita ingressada deve ser registrada como arrecadada.

Questão 40

A empresa comercial Papelaria Alpha Beta Ltda. enfrentou dificuldades para pagar seus fornecedores apesar de apresentar lucro contábil. O relatório gerencial do trimestre apontou:

- I. Liquidez corrente de 0,85;
- II. Aumento significativo do ciclo financeiro; e
- III. Crescimento acelerado das vendas a prazo sem controle de risco de crédito.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) O problema ocorre pela baixa rentabilidade, já que a empresa está lucrativa.
- B) A liquidez atual é suficiente para cobrir obrigações e indica estabilidade operacional.
- C) O lucro garante solvência; a dificuldade de pagamento ocorre por questão conjuntural.
- D) A empresa apresenta insuficiência de capital de giro e risco de insolvência de curto prazo, evidenciado pela liquidez baixa e ciclo financeiro mais longo.

Questão 41

Durante a execução do orçamento de uma autarquia federal, o setor financeiro constatou que certa despesa prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) possui valor insuficiente para cobrir a contratação de um novo sistema de gestão eletrônica. Como o contrato é imprescindível para o funcionamento da autarquia, foi solicitado o reforço da dotação. À luz da Lei nº 4.320/1964 – Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, trata-se de providência a ser tomada:

- A) Abrir crédito extraordinário por decreto do Presidente da República.
- B) Efetuar o pagamento diretamente como despesa de exercícios anteriores.
- C) Solicitar abertura de crédito suplementar, condicionado à existência de recursos.
- D) Realizar empenho adicional, mesmo sem cobertura, desde que haja justificativa técnica.

Questão 42

Um cidadão solicita a determinado Conselho Profissional o acesso integral ao relatório de auditoria interna referente ao exercício anterior. O órgão identifica que parte do relatório contém dados pessoais sensíveis de servidores. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011, trata-se de providência a ser considerada pelo órgão:

- A) Fornecer o documento após pagamento de taxa.
- B) Negar o acesso, por envolver informações sigilosas.
- C) Disponibilizar o documento sem restrições, por se tratar de órgão público.
- D) Disponibilizar o documento, resguardando os dados pessoais mediante anonimização.

Questão 43

Certa prefeitura municipal verificou que sua receita própria caiu significativamente após uma crise econômica, reduzindo o fluxo de arrecadação de tributos. Como medida de ajuste, o prefeito determinou a limitação de empenho e a movimentação financeira. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), essa medida está fundamentada no seguinte dispositivo:

- A) Art. 14: renúncia de receitas.
- B) Art. 18: definição de despesa com pessoal.
- C) Art. 9º: medidas necessárias para cumprimento das metas fiscais.
- D) Art. 42: contratação nos últimos dois quadrimestres do mandato.

Questão 44

Com base nas disposições da NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, especialmente quanto aos procedimentos de auditoria para obtenção de evidência, analise as afirmativas a seguir.

- I. A indagação, sozinha, geralmente fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação, não sendo necessário combiná-la com outros procedimentos.
- II. A observação consiste no exame do processo ou procedimento executado por outros, fornecendo evidência de auditoria a respeito da execução de processo ou procedimento; é limitada ao ponto no tempo em que a observação ocorre e pelo fato de que o ato de ser observado pode influenciar a maneira como o procedimento é executado.
- III. A inspeção de ativos tangíveis fornece evidência de auditoria confiável quanto à sua existência, mas não necessariamente quanto aos direitos e obrigações da entidade ou à avaliação dos ativos.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 45

A DCTFWeb (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos) é uma obrigação acessória federal que substituiu a GFIP para confissão de dívidas previdenciárias. Tal obrigação é regulamentada pela IN RFB nº 2.237/2024. Com base na referida norma, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A DCTFWeb deverá ser assinada digitalmente mediante uso de certificado digital válido, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- B) Dentre outras pessoas, são obrigadas a apresentar a DCTFWeb as entidades federais e regionais de fiscalização do exercício profissional, inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- C) As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional deverão informar na DCTFWeb os valores relativos aos tributos federais apurados na forma do referido regime especial.
- D) Dentre outros, ficam dispensados da obrigação de apresentar a DCTFWeb o contribuinte individual que não contratar trabalhador segurado do RGPS, bem como os fundos especiais de natureza contábil ou financeira, não dotados de personalidade jurídica, criados no âmbito de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão 46

No âmbito dos financiamentos, determinado sistema de amortização é caracterizado pelo pagamento do principal da dívida em parcelas periódicas de valor constante, sobre as quais incidem juros calculados sobre o saldo devedor remanescente. Em consequência, o valor das prestações é decrescente ao longo do tempo, pois os encargos financeiros diminuem à medida que o saldo devedor se reduz. As informações se referem ao:

- A) Sistema de Amortização Misto (SAM).
- B) Sistema de Amortização Constante (SAC).
- C) Sistema de Amortização Americano (SAA).
- D) Sistema Francês de Amortização (Tabela Price).

Questão 47

Considere que uma pessoa aplicou R\$ 1.000,00 em um investimento que rende juros compostos à taxa de 10% ao ano. Após três anos, sem realizar qualquer retirada ou novo depósito, o saldo acumulado será de:

- A) R\$ 1.210,00.
- B) R\$ 1.300,00.
- C) R\$ 1.331,00.
- D) R\$ 1.400,00.

Questão 48

A NBC TA – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, define as diretrizes iniciais para trabalhos de auditoria independente e revisão. Com base em suas disposições, analise as afirmativas a seguir.

- I. No trabalho de asseguração razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho a um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho e expressa sua conclusão de forma positiva, transmitindo sua opinião sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
- II. Os critérios adequados para mensuração ou avaliação do objeto devem apresentar as seguintes características: relevância, integridade, confiabilidade, neutralidade e compreensibilidade.
- III. No trabalho de asseguração limitada, o auditor independente obtém segurança absoluta de que a informação do objeto está livre de distorções relevantes, expressando sua conclusão na forma negativa.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 49

Ao final do exercício de 2025, o auditor independente de uma companhia industrial identificou que a entidade não registrou os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da mensuração de determinados ativos a valor justo, conforme exigido pela norma contábil aplicável. Esses ajustes não contabilizados impactaram, de forma relevante, os valores do Ativo Não Circulante e, conseqüentemente, do Patrimônio Líquido, sem, contudo, afetar a Demonstração do Resultado ou a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Diante dessa irregularidade, e considerando que os efeitos são relevantes, mas não generalizados a ponto de comprometer a compreensão das demonstrações contábeis como um todo, o auditor deverá emitir opinião:

- A) Modificada, com ressalva.
- B) Não modificada, sem ressalva.
- C) Modificada, com abstenção de opinião.
- D) Não modificada, com parágrafo de ênfase.

Questão 50

Determinada empresa comercial registrou, em 31 de março de 2026, um saldo devedor de R\$ 200,00 na conta Banco Conta Movimento, conforme seu livro Razão. Ao proceder à conciliação bancária, o contador identificou as seguintes ocorrências:

- Um cheque de R\$ 5.300,00 emitido pela empresa ainda não havia sido apresentado ao banco para compensação; e
- Uma remessa de valores proveniente de vendas ao exterior, no valor de R\$ 4.500,00, encontrava-se em trânsito.

Considerando apenas as informações fornecidas e após os devidos ajustes decorrentes da conciliação bancária, o saldo final da conta Banco Conta Movimento será:

- A) Credor, no valor de R\$ 600,00.
- B) Devedor, no valor de R\$ 600,00.
- C) Credor, no valor de R\$ 5.700,00.
- D) Devedor, no valor de R\$ 5.700,00.

ATENÇÃO

NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.







